



## **PREGÃO ELETRÔNICO 90011/2025**

**Universidade de Brasília  
(UASG 154040)**

### **OBJETO**

Registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente para a UnB

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 260.956,92 (duzentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e seis Reais e noventa e dois centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 21/10/2025 às 09:00 horas (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço

### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

### **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO



Baixe o APP [compras.gov.br](https://compras.gov.br) e apresente a sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO -----	
-----	
2. DO REGISTRO DE PREÇOS-----	
-----	
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO -----	
-----	
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO-----	
-----	
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO---	
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA -----	
-----	
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	
8. DA FASE DE JULGAMENTO -----	
-----	
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO -----	
-----	

10. DO TERMO DE CONTRATO-----	
-----	
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-----	
-----	
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA-----	
-----	
13. DOS RECURSOS -----	
-----	
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES -----	
-----	
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO -----	
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS -----	
-----	

## **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025**

#### **(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23106.066370/2025-93)**

Torna-se público que a Universidade de Brasília, por meio da Coordenadoria de Licitações – DAF/DCO/COL, sediado no Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da Reitoria 2º Andar, Brasília – DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente para a UnB conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. **Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital e seus respectivos anexos.**

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. **Para o item 30 desta licitação, a participação será destinada à ampla concorrência. Já para os demais itens, a participação será exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou

fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira

ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser

revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o



contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



**6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre

o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o informado no sistema gov.br/compras.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de

março de 2023;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. **O licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta, o catálogo contendo fotos e especificações técnicas legíveis do produto ofertado para verificação da conformidade da proposta. O licitante deverá se atentar a todas as orientações contidas no item 4.5 e subitens, 4.6 a 4.10 do Termo de Referência.**

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de

1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.



10.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. **O Pregoeiro enviará e-mail para o adjudicatário realizar o cadastro de usuário externo do Sistema Eletrônico SEI. Após o cadastro, o adjudicatário terá acesso ao link do processo no SEI para que seja assinado digitalmente em até 02 dias úteis o Termo de Contrato.**

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato**

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. **A assinatura da Ata será realizada eletronicamente por meio do Sistema SEI. Para tal, o Pregoeiro enviará e-mail para o adjudicatário com instruções para realização de cadastro de usuário externo do Sistema Eletrônico SEI. Após o cadastramento, o adjudicatário receberá o link de acesso para assinatura no SEI.**

11.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital

e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, não prorrogável.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor,

mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado,

não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a

contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: col@unb.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.daf.unb.br](http://www.daf.unb.br)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Termo de Ciência;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços.



Documento assinado eletronicamente por **Willian Gomes Coelho**, **Administrador(a) da Diretoria de Compras do Decanato de Administração**, em 02/10/2025, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **13182710** e o código CRC **3AECEF5A**.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Termo de Referência 234/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
234/2025	154040-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	LENILDE ABREU DE SANTANA	25/09/2025 09:55 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23106.066370/2025-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de expediente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE UNB	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE IFB	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3  Características gerais: Alfinete redondo com cabeça de 3 mm em plástico, corpo em metal com tratamento niquelado, disponível em cores variadas na mesma embalagem  Embalagem: plástico rígido ou caixa de papel cartão, contendo 50 unidades.	234073	CAIXA C /50	70	R\$ 3,23	20	R\$ 3,23	R\$ 290,70
2	APAGADOR, QUADRO GIZ  Características gerais: Confeccionado em madeira natural, com compartimento tipo estojo, sistema de travamento localizado na parte traseira, acabamento sem rebarbas, feltro macio com espessura mínima de 4,0 mm e identificação da marca impressa no corpo do apagador.  Dimensões mínimas: apagador + depósito (CxLxA) 180mm x 70mm x 55mm.	409616	UNIDADE	420	R\$ 6,65	-----	-----	R\$ 2.793,00

	Embalagem: fornecido em embalagem individual de plástico ou caixa de papel							
3	<p>APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO</p> <p>Características gerais: Apagador para quadro branco magnético, confeccionado em corpo plástico nas cores azul ou preta, com base imantada para fixação em superfícies metálicas e suporte integrado para dois pincéis. Feltro nas cores preta ou cinza, com espessura mínima de 4,0 mm, e identificação da marca impressa no corpo do produto.</p> <p>Dimensões (CxLxA): mínimo 140mm x 50mm x 25mm (base + feltro)</p> <p>Embalagem: embalagem individual em plástico ou caixa de papel cartão.</p>	203488	UNIDADE	1326	R\$ 3,77	300	R\$ 3,77	R\$ 6.130,02
4	<p>APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL</p> <p>Características gerais: Apontador escolar manual para lápis, fabricado em metal, sem depósito, tamanho médio, com 1 furo. Lâmina em aço inoxidável fixada com parafuso metálico, formato retangular e laterais retas, design anatômico com ranhuras laterais. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423 /2021.</p> <p>Embalagem: caixa de papel cartão com no máximo 50 unidades.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	234051	UNIDADE	350	R\$ 0,64	30	R\$ 0,64	R\$ 243,20
5	<p>BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS</p> <p>Características gerais: Barbante de algodão cru, espessura 4mm, 8 fios, rolo de 250 gramas (cerca de 180 a 210 metros).</p> <p>Embalagem: fornecido em embalagem individual de plástico contendo informações do fabricante, peso e espessura do fio.</p>	206995	ROLO	212	R\$ 8,49	30	R\$ 8,49	R\$ 2.054,58
	<p>BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO 38X50MM</p> <p>Características gerais: Bloco de recado autoadesivo com 100 folhas, cor amarela, gramatura de 75 g/m².</p>							

6	<p>Folhas reposicionáveis, com adesivo de alta aderência, permitindo que sejam removidas e recolocadas sem causar danos a papéis ou outras superfícies.</p> <p>Dimensões (CxL): 38mm x 50mm</p> <p>Embalagem: fornecido em embalagem plástica contendo 4 blocos</p>	447930	PACOTE C/ 4	356	R\$ 3,8050	100	R\$ 3,8050	R\$ 1.735,08
7	<p>BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO 76X102MM</p> <p>Características gerais: Bloco de recado autoadesivo com 100 folhas, cor amarela, gramatura de 75 g/m². Folhas reposicionáveis, com adesivo de alta aderência, permitindo que sejam removidas e recolocadas sem causar danos a papéis ou outras superfícies.</p> <p>Dimensões (CxL): 76mm x 102mm</p> <p>Embalagem: fornecido em embalagem plástica contendo 1 bloco.</p>	435057	BLOCO	800	R\$ 3,26	100	R\$ 3,26	R\$ 2.934,00
8	<p>CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL</p> <p>Características gerais: Caneta esferográfica escolar, com escrita média (diâmetro de 1,0 mm), na cor azul. Corpo hexagonal em material plástico transparente (cristal), com furo para evitar vazamentos. Tampa removível com haste para fixação em bolso e furação anti-asfixiante. Suporte fabricado em poliacetal ou polipropileno, com esfera de tungstênio. Tubo de tinta em plástico transparente para visualização do nível de carga, contendo no mínimo 110 mm de tinta. Escrita uniforme e macia, sem falhas ou excesso de tinta durante o uso. O mecanismo de escrita por esfera rotativa deverá ser firme, sem folgas que permitam a retração da ponta durante a escrita. A caneta deve apresentar a marca do fabricante gravada em seu corpo. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Dimensões: comprimento mínimo de 140 mm sem a tampa.</p> <p>Embalagem: caixa com 50 unidades</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido</p>	271836	UNIDADE	8000	R\$ 0,53	300	R\$ 0,53	R\$ 4.399,00

	<p>pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>							
9	<p>CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA</p> <p>Características gerais: Caneta esferográfica escolar, com escrita média (diâmetro de 1,0 mm), na cor preta. Corpo hexagonal em material plástico transparente (cristal), com furo para evitar vazamentos. Tampa removível com haste para fixação em bolso e furação anti-asfixiante. Suporte fabricado em poliacetal ou polipropileno, com esfera de tungstênio. Tubo de tinta em plástico transparente para visualização do nível de carga, contendo no mínimo 110 mm de tinta. Escrita uniforme e macia, sem falhas ou excesso de tinta durante o uso. O mecanismo de escrita por esfera rotativa deverá ser firme, sem folgas que permitam a retração da ponta durante a escrita. A caneta deve apresentar a marca do fabricante gravada em seu corpo. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Dimensões: comprimento mínimo de 140 mm sem a tampa.</p> <p>Embalagem: caixa com 50 unidades</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	271837	UNIDADE	4500	R\$ 0,5375	300	R\$ 0,5375	R\$ 2.580,00
10	<p>CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA</p> <p>Características gerais: Caneta esferográfica escolar, com escrita média (diâmetro de 1,0 mm), na cor vermelha. Corpo hexagonal em material plástico transparente (cristal), com furo para evitar vazamentos. Tampa removível com haste para fixação em bolso e furação anti-asfixiante. Suporte fabricado em poliacetal ou polipropileno, com esfera de tungstênio. Tubo de tinta em plástico transparente para visualização do nível de carga, contendo no mínimo 110 mm de tinta. Escrita uniforme e macia, sem falhas ou excesso de tinta durante o uso. O mecanismo de escrita por esfera rotativa deverá ser firme,</p>	271838	UNIDADE	2200	R\$ 0,5875	300	R\$ 0,5875	R\$ 1.468,75

	<p>sem folgas que permitam a retração da ponta durante a escrita. A caneta deve apresentar a marca do fabricante gravada em seu corpo. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Dimensões: comprimento mínimo de 140 mm sem a tampa.</p> <p>Embalagem: caixa com 50 unidades</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>							
11	<p>CANETA, MARCA TEXTO, AMARELA</p> <p>Características gerais: Caneta hidrográfica marca-texto, ideal para sublinhar e destacar textos. Produto atóxico, não recarregável, na cor amarelo fluorescente, com secagem rápida. Corpo em plástico rígido com formato cilíndrico e tampa removível. Ponta chanfrada em poliéster resistente, com medida de 4,0 mm, permitindo destacar com linha grossa ou sublinhar com linha fina. A caneta deve conter a marca do fabricante gravada em seu corpo. Produto certificado pelo Inmetro, com Selo de Identificação da Conformidade, conforme requisitos da Portaria nº 423/2021.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 12 unidades</p>	486374	UNIDADE	1578	R\$ 0,73	300	R\$ 0,73	R\$ 1.370,94
12	<p>COLA, BASTÃO, 8GR</p> <p>Características gerais: cola branca, escolar, à base de polivinil, secagem rápida, tipo bastão de 8g, tubo plástico com base giratória, atóxica, aplicação em papel, cartolina. No bastão deverão constar as informações exigidas na legislação em vigor. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Embalagem: caixa ou kit plástico com 12 unidades.</p> <p>Validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	435043	UNIDADE	300	R\$ 1,1150	40	R\$ 1,1150	R\$ 379,10

13	<p>COLA, BRANCA, 90G</p> <p>Características gerais: Cola branca escolar 90g, líquida, plastificante, à base de acetato de polivinila (PVA), atóxica, viscosidade de 4.000 a 6.000 cp (centipoise) comprovada por ficha técnica, secagem rápida. Indicada para aplicação em papel, acondicionada em frasco plástico de 90g com bico aplicador retrátil e fixo. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Embalagem: caixa ou kit plástico contendo até 12 unidades.</p> <p>Validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	622132	FRASCO	550	R\$ 1,99	40	R\$ 1,99	R\$ 1.174,10
14	<p>CORRETIVO, FITA, 8M</p> <p>Características gerais: Corretivo em fita com dispenser autoaplicador, cor branca e correção a seco. Formato ergonômico, corpo transparente e material não tóxico. Adequado para aplicação em papel comum, garantindo cobertura de 100% em uma única passagem da fita. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Dimensões: mínimo 5mm x 8 metros</p> <p>Embalagem: acondicionado em embalagem individual tipo blister</p> <p>Validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	301921	UNIDADE	256	R\$ 5,99	40	R\$ 5,99	R\$ 1.773,04
	<p>ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18MM</p> <p>Características gerais: Estilete retrátil para lâminas de 18 mm, indicado para cortes em papéis e atividades similares. GUIA DA LÂMINA METÁLICO, corpo fabricado em material plástico resistente e empunhadura ergonômica. Sistema com avanço e recolhimento</p>							

15	<p>escalonado da lâmina, equipado com dispositivo de trava auto-lock (trava na posição desejada). Encaixe da lâmina por pressão.</p> <p>Dimensões: comprimento mínimo de 165 mm</p> <p>Embalagem: acondicionado em embalagem individual tipo blister</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	406914	UNIDADE	266	R\$ 9,80	30	R\$ 9,80	R\$ 2.900,80
16	<p>FITA ADESIVA, CREPE, 19MMX50M</p> <p>Características gerais: fita adesiva, crepe, monoface, indicada para uso geral, cor bege, elevada aderência, não deve se romper facilmente ao ser puxada. Qualidade similar ou superior a marca 3M.</p> <p>Dimensões: largura 19 mm x 50 metros.</p> <p>Embalagem: acondicionada em embalagem plástica com até 6 unidades.</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	291921	ROLO	1000	R\$ 4,43	80	R\$ 4,43	R\$ 4.784,40
17	<p>FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MMX50M</p> <p>Características gerais: Fita adesiva de polipropileno transparente, monoface, indicada para uso geral, com elevada aderência e resistência mecânica, não deve se romper facilmente ao ser puxada. Qualidade equivalente ou superior à marca 3M.</p> <p>Dimensões: largura entre 18mm e 20mm x 50 metros.</p> <p>Embalagem: acondicionada em embalagem plástica com até 6 unidades.</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	279045	ROLO	315	R\$ 1,62	80	R\$ 1,62	R\$ 639,90
	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 50MMX50M							



18	<p>Características gerais: Fita adesiva de polipropileno transparente, monoface, indicada para uso geral. Elevada aderência e resistência mecânica, não deve se romper ao ser puxada. Qualidade equivalente ou superior à marca 3M.</p> <p>Dimensões: largura entre 48 mm e 50 mm; comprimento: 50 metros</p> <p>Embalagem: acondicionada em embalagem plástica com até 5 unidades.</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	445375	ROLO	1675	R\$ 3,2950	80	R\$ 3,2950	R\$ 5.782,73
19	<p>FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT MARROM 48MMX50M</p> <p>Características gerais: Fita adesiva de papel kraft liso, monoface, na cor parda /marrom, destinada a empacotamento. Elevada aderência e alta resistência à tração.</p> <p>Dimensões: largura entre 48 mm e 50 mm; comprimento: 50 metros</p> <p>Embalagem: plástica contendo até 5 unidades.</p> <p>Validade: mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	356778	ROLO	584	R\$ 10,95	30	R\$ 10,95	R\$ 6.723,30
20	<p>GIZ, BRANCO, ESCOLAR, QUADRO NEGRO</p> <p>Características gerais: Giz branco, escolar para aplicação em quadro negro, composto de gipsita, água e película plastificante, superfície lisa e uniforme, sem partículas soltas ou porosidade excessiva. Formato tipo palito, atóxico e antialérgico.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 50 unidades</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	355230	CAIXA C/ 50	568	R\$ 4,34	-----	-----	R\$ 2.465,12

21	<p>GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR, QUADRO NEGRO</p> <p>Características gerais: giz cores variadas, para aplicação em quadro negro, composto por gipsita, água e película plastificante, tipo palito, atóxico e antialérgico.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 50 unidades</p> <p>Validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá o maior.</p>	355231	CAIXA C/ 50	372	R\$ 5,95	-----	-----	R\$ 2.213,40
22	<p>GRAMPEADOR, MESA, 26/6</p> <p>Características gerais: Grampeador de mesa, fabricado em metal, com capacidade para grampear 25 folhas de papel sulfite padrão com gramatura de 75 g/m² de uma única vez. Modelo compacto ou slim, nas cores preta ou cinza, com base plástica, sistema de carregamento frontal de grampos e mecanismo de grampeamento em aço cromado. Compatível com grampos do tipo 26/6, embocadura para papel com profundidade de 65 mm e matriz giratória, permitindo a seleção entre grampeamento fechado ou aberto.</p> <p>Embalagem: caixa individual contendo informações do fabricante e do produto.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	405907	UNIDADE	253	R\$ 14,40	40	R\$ 14,40	R\$ 4.219,20
23	<p>GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8</p> <p>Características gerais: Grampo para grampeador, fabricado em aço com tratamento superficial galvanizado, livre de rebarbas, tamanho 23/8.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 1.000 unidades.</p>	321521	CAIXA C/ 1000	50	R\$ 4,38	30	R\$ 4,38	R\$ 350,40
24	<p>GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6</p> <p>Características gerais: Grampo para grampeador, fabricado em aço com tratamento superficial galvanizado, livre de rebarbas, tamanho 26/6.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 1.000 unidades.</p>	425226	CAIXA C/ 1000	140	R\$ 2,64	30	R\$ 2,64	R\$ 448,80

25	<p>LÁPIS, ESCRITA, PRETO, Nº 02</p> <p>Características gerais: Lápis escolar, em formato cilíndrico ou hexagonal, apontado, sem borracha, confeccionado em madeira mole de reflorestamento, isenta de nós. Deve apresentar colagem perfeita das metades e rígida fixação do grafite, garantindo que não ocorra descolamento ou quebra durante o apontamento. O lápis deve conter a marca do fabricante e a indicação da dureza do grafite impressas em seu corpo, ser recoberto com tinta atóxica e possuir grafite de diâmetro nº 02 (HB). Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Embalagem: caixa com 144 unidades</p>	392212	UNIDADE	1940	R\$ 0,32	300	R\$ 0,32	R\$ 716,80
26	<p>LIVRO, ATA</p> <p>Características gerais: Livro Ata com 100 folhas, pautado, numerado, sem margens, confeccionado em papel offset de 56 g /m² a 75 g/m², com capa dura revestida em papel plastificado de 90 g/m², na cor preta.</p> <p>Dimensões (CxL): 320mm x 220mm</p> <p>Embalagem: embalagem plástica com no máximo 10 unidades</p>	469001	UNIDADE	400	R\$ 15,70	-----	-----	R\$ 6.280,00
27	<p>PAPEL, ALMAÇO, PAUTADO</p> <p>Características gerais: Papel almaço, tipo pautado, cor branca, gramatura de 56 g/m², com margem no lado esquerdo e duas laudas.</p> <p>Formato (CxL): 275mm x 200mm</p> <p>Embalagem: plástica, contendo 100 folhas, com identificação do fabricante, tamanho, gramatura e quantidade de folhas especificados no pacote.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	467579	PACOTE C/ 100	260	R\$ 20,03	-----	-----	R\$ 5.207,80
	<p>PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, 80MMX30M, AMARELO</p> <p>Característica gerais: papel bobinado termossensível na cor amarela ou</p>							

28	<p>branca, adequado para impressora térmica, gramatura 56 g/m, bordas uniformes e livre de rebarbas.</p> <p>Dimensões: 80mm x 30m, (1 via)</p> <p>Validade: mínimo de 2 anos na data da entrega.</p> <p>Embalagem: caixa com até 30 bobinas, com a identificação do fabricante, tamanho, gramatura e prazo de validade.</p>	432643	ROLO	458	R\$ 5,7750	-----	-----	R\$ 2.644,95
29	<p>PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO</p> <p>Características gerais: papel A3, alcalino, gramatura 75 g/m², cor branco alvo, aplicação máquina copiadora, baixo índice de deformação devido ao calor.</p> <p>Dimensões: 297mmx420mm</p> <p>Embalagem: resmas com 500 folhas, acondicionadas em caixa de papelão com 5 resmas.</p>	461863	RESMA	102	R\$ 49,23	50	R\$ 49,23	R\$ 7.482,96
30	<p>PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO</p> <p>Características gerais: Papel A4, alcalino, com gramatura de 75 g/m², na cor branca e elevado teor de alvura, adequado para uso em máquinas copiadoras, impressoras a jato de tinta e laser. Deve garantir alta qualidade de impressão e cópia, sem causar problemas como atolamento de papel ou danos aos equipamentos.</p> <p>Dimensões: 210mm x 297mm</p> <p>Embalagem: Resmas com 500 (quinhentas) folhas, embaladas em material plástico resistente ou papel com propriedades térmicas e antiumidade, contendo a identificação do fabricante, tamanho, gramatura e demais informações exigidas pela legislação vigente. O produto deve atender aos princípios de certificação FSC e CEFLOR. As resmas devem ser acondicionadas em caixas de papelão, contendo 10 (dez) resmas por caixa.</p>	461889	RESMA	5685	R\$ 20,985	400	R\$ 20,9850	R\$ 127.693,73
	<p>PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO</p> <p>Cota 25% reservada para ME/EPP conforme art. 48 incisos I e III LCP 123</p> <p>Características gerais: Papel A4, alcalino, com gramatura de 75 g/m², na</p>							

31	<p>cor branca e elevado teor de alvura, adequado para uso em máquinas copiadoras, impressoras a jato de tinta e laser. Deve garantir alta qualidade de impressão e cópia, sem causar problemas como atolamento de papel ou danos aos equipamentos.</p> <p>Dimensões: 210mm x 297mm</p> <p>Embalagem: Resmas com 500 (quinhentas) folhas, embaladas em material plástico resistente ou papel com propriedades térmicas e antiumidade, contendo a identificação do fabricante, tamanho, gramatura e demais informações exigidas pela legislação vigente. O produto deve atender aos princípios de certificação FSC e CEFLOOR. As resmas devem ser acondicionadas em caixas de papelão, contendo 10 (dez) resmas por caixa.</p>	461889	RESMA	1895	R\$ 20,985	-----	-----	R\$ 39.766,58
32	<p>PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AMARELA</p> <p>Características gerais: Pasta lisa, com abas, sem lombada, formato retangular, confeccionada em cartão duplex plastificado na gramatura mínima de 240g/m2, cor amarelo vivo. Fechamento por elástico já instalado na pasta, com ilhós. Cada pasta deverá trazer impressas informações como marca, dimensões, selo do INMETRO, tipo de material e demais informações exigidas na legislação em vigor. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423/2021.</p> <p>Dimensões: 340mm x 240mm</p> <p>Embalagem: caixa de papelão ou embalagem plástica contendo no máximo 50 unidades.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	355349	UNIDADE	400	R\$ 2,59	-----	-----	R\$ 1.036,00
	<p>PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AZUL</p> <p>Características gerais: Pasta lisa, com abas, sem lombada, formato retangular, confeccionada em cartão duplex plastificado na gramatura mínima de 240g/m2, cor azul vivo. Fechamento por elástico já instalado na pasta, com ilhós. Cada pasta deverá trazer</p>							

33	<p>impressas informações como marca, dimensões, selo do INMETRO, tipo de material e demais informações exigidas na legislação em vigor. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423 /2021.</p> <p>Dimensões: 340mm x 240mm</p> <p>Embalagem: caixa de papelão ou embalagem contendo no máximo 50 unidades.</p>	610473	UNIDADE	500	R\$ 2,4250	-----	-----	R\$ 1.212,50
34	<p>PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, VERDE</p> <p>Características gerais: Pasta lisa, com abas, sem lombada, formato retangular, confeccionada em cartão duplex plastificado na gramatura mínima de 240g/m2, cor verde vivo. Fechamento por elástico já instalado na pasta, com ilhós. Cada pasta deverá trazer impressas informações como marca, dimensões, selo do INMETRO, tipo de material e demais informações exigidas na legislação em vigor. Produto com Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, conforme Portaria nº 423 /2021.</p> <p>Dimensões: 340mm x 240mm, abas internas medindo no mínimo 50mm.</p> <p>Embalagem: caixa de papelão ou embalagem plástica contendo no máximo 50 unidades.</p>	411143	UNIDADE	500	R\$ 2,4050	-----	-----	R\$ 1.202,50
35	<p>PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AMARELA</p> <p>Características gerais: Pasta lisa, simples, sem lombada, dobrada ao meio, com grampo encadernador instalado, formato retangular, confeccionada em cartão duplex plastificado com gramatura mínima de 240g/m2, cor amarelo vivo. Cada pasta deverá trazer impressas as seguintes informações: marca, dimensões e tipo de material.</p> <p>Dimensões mínimas: 335mm x 230mm.</p> <p>Dimensões máximas: 350mm x 240mm</p> <p>Embalagem: caixa de papelão ou embalagem plástica contendo no máximo 50 unidades.</p>	405905	UNIDADE	230	R\$ 1,89	-----	-----	R\$ 434,70
	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AZUL							

36	<p>Características gerais: Pasta lisa, simples, sem lombada, dobrada ao meio, com grampo encadernador instalado, formato retangular, confeccionada em cartão duplex plastificado com gramatura mínima de 240g/m2, cor azul vivo. Cada pasta deverá trazer impressas as seguintes informações: marca, dimensões e tipo de material.</p> <p>Dimensões mínimas: 335mm x 230mm.</p> <p>Dimensões máximas: 350mm x 240m</p> <p>Embalagem: caixa de papelão ou embalagem plástica contendo no máximo 50 unidades.</p>	247136	UNIDADE	300	R\$ 2,2750	-----	-----	R\$ 682,50
37	<p>PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, VERDE</p> <p>Características gerais: Pasta lisa, simples, sem lombada, dobrada ao meio, com grampo encadernador instalado, formato retangular, confeccionada em cartão duplex plastificado com gramatura mínima de 240g/m2, cor verde vivo. Cada pasta deverá trazer impressas as seguintes informações: marca, dimensões e tipo de material.</p> <p>Dimensões mínimas: 335mm x 230mm.</p> <p>Dimensões máximas: 350mm x 240mm</p> <p>Embalagem: caixa de papelão ou embalagem plástica contendo no máximo 50 unidades.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	462274	UNIDADE	300	R\$ 2,60	-----	-----	R\$ 780,00
38	<p>PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4</p> <p>Características gerais: prancheta para papel de anotação, tipo MDF, bordas arredondas, sem rebarbas, prendedor de metal tipo Wire Clip, cor kraft.</p> <p>Dimensões mínimas: (C x L) 330 x 230 mm.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	413335	UNIDADE	195	R\$ 8,53	-----	-----	R\$ 1.663,35
	<p>RÉGUA, 30 CM</p> <p>Características gerais: régua escolar em poliestireno rígido, incolor, acabamento liso, sem rebarbas, borda chanfrada e</p>							



39	<p>graduação impressa em milímetros e centímetros, com tinta resistente ao desgaste por atrito e uso contínuo. A impressão da escala deve ser clara, precisa e de fácil leitura. A marca do fabricante deve estar impressa no corpo da régua.</p> <p>Dimensões (C x L): 300 mm x 30 mm, espessura 3,0 mm</p> <p>Embalagem: réguas acondicionadas individualmente em embalagem plástica, contendo o selo de identificação da conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO nº 179/2009, além da identificação do fabricante.</p>	313142	UNIDADE	190	R\$ 1,10	40	R\$ 1,10	R\$ 253,00
40	<p>SACO, PLÁSTICO, P/ DOCUMENTO A4, DOIS FUROS</p> <p>Características gerais: saco plástico em polipropileno, incolor, 0.15 micras, atóxico, 2 furos, diâmetro nominal do furo 6.0 mm, distância entre os eixos dos furos 80 mm, distância da margem esquerda ao centro dos furos 15 mm.</p> <p>Dimensões (A x L): 310mm x 230mm</p> <p>Embalagem: caixa ou embalagem plástica com 100 unidades. A embalagem deverá apresentar o nome ou razão social do fabricante, CNPJ, nº do lote, micras (espessura), peso e dimensões.</p>	605320	UNIDADE	2600	R\$ 0,31	-----	-----	R\$ 806,00
41	<p>TESOURA, 21CM</p> <p>Características gerais: tesoura tipo universal, com lâminas, sem ponta, afiada de fábrica, corte limpo e eficiente, resistente a corrosão, cabo plástico resistente projetado para destros e canhotos, parafuso de aço inox, perfeito ajuste entre as lâminas, sem folga. O cabo deve conter limitador funcional que impeça o cruzamento das alças (empunhadura). A marca do fabricante deve estar impressa no corpo do produto.</p> <p>Dimensões: 21cm</p> <p>Embalagem: tesouras acondicionadas individualmente em embalagem rígida, com identificação do fabricante.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	283560	UNIDADE	500	R\$ 6,00	40	R\$ 6,00	R\$ 3.240,00

TOTAL			R\$ 260.956,92
-------	--	--	----------------

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Universidade de Brasília					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3	UNIDADE	5	35	70
2	APAGADOR, QUADRO, GIZ	UNIDADE	50	210	420
3	APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO	UNIDADE	50	663	1326
4	APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL	UNIDADE	50	175	350
5	BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS	ROLO	10	106	212
6	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 38X50MM, 4 BLOCOS	PACOTE C/ 4	50	178	356
7	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 76X102MM, 1 BLOCO	BLOCO	50	400	800
8	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL	UNIDADE	1000	4000	8000
9	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA	UNIDADE	1000	2250	4500
10	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA	UNIDADE	500	1100	2200
11	CANETA, MARCA, TEXTO, AMARELA	UNIDADE	200	789	1578
12	COLA, BASTÃO, 8 GR	UNIDADE	50	150	300
13	COLA, BRANCA, 90 GR	UNIDADE	50	275	550
14	CORRETIVO, FITA	UNIDADE	30	128	256
15	ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18MM	UNIDADE	30	133	266
16	FITA, ADESIVA, CREPE, 19MMX50M	ROLO	100	500	1000

17	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MMX50M	ROLO	50	157	315
18	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 50MMX50M	ROLO	100	837	1675
19	FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT, 50MM X 50 METROS	ROLO	50	292	584
20	GIZ, QUADRO, BRANCO	CAIXA C/50	50	284	568
21	GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR	CAIXA C/50	50	186	372
22	GRAMPEADOR, MESA, 26/6	UNIDADE	20	126	253
23	GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8	CAIXA C/ 1000	10	25	50
24	GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6	CAIXA C/ 1000	10	70	140
25	LÁPIS, ESCRITA, PRETO, NÚMERO 2	UNIDADE	200	970	1940
26	LIVRO, ATA	UNIDADE	20	200	400
27	PAPEL, ALMAÇO, A4	UNIDADE	50	130	260
28	PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, AMARELO /BRANCO, 80MMX30M	ROLO	80	229	458
29	PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO	RESMA	102	102	102
30	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO	RESMA	1000	2842	5685
31	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO, ME/EPP	RESMA	500	947	1895
23	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AMARELA	UNIDADE	30	200	400
33	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AZUL	UNIDADE	30	250	500
34	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, VERDE	UNIDADE	30	250	500
35	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AMARELA, COM GRAMPO	UNIDADE	30	115	230
36	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AZUL, COM GRAMPO	UNIDADE	30	150	300

37	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, VERDE, COM GRAMPO	UNIDADE	30	150	300
38	PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4	UNIDADE	30	97	195
39	RÉGUA, 30CM	UNIDADE	20	95	190
40	SACO, PLÁSTICO, P/ DOCUMENTO, A4, DOIS FUROS	UNIDADE	200	1300	2600
41	TESOURA, 21 CM	UNIDADE	30	250	500

Órgão Participante: Instituto Federal de Brasília – Campus Gama					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3	UNIDADE	2	10	20
2	APAGADOR, QUADRO, GIZ	UNIDADE	-----	-----	-----
3	APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO	UNIDADE	11	150	300
4	APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL	UNIDADE	5	15	30
5	BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS	ROLO	2	15	30
6	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 38X50MM, 4 BLOCOS	PACOTE C/ 4	15	50	100
7	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 76X102MM, 1 BLOCO	BLOCO	6	50	100
8	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL	UNIDADE	100	150	300
9	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA	UNIDADE	66	150	300
10	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA	UNIDADE	68	150	300
11	CANETA, MARCA, TEXTO, AMARELA	UNIDADE	38	150	300
12	COLA, BASTÃO, 8 GR	UNIDADE	7	20	40
13	COLA, BRANCA, 90 GR	UNIDADE	4	20	40

14	CORRETIVO, FITA	UNIDADE	5	20	40
15	ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18MM	UNIDADE	4	15	30
16	FITA, ADESIVA, CREPE, 19MMX50M	ROLO	8	40	80
17	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MMX50M	ROLO	13	40	80
18	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 50MMX50M	ROLO	5	40	80
19	FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT, 50MM X 50 METROS	ROLO	3	15	30
20	GIZ, QUADRO, BRANCO	CAIXA C/50	-----	-----	-----
21	GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR	CAIXA C/50	-----	-----	-----
22	GRAMPEADOR, MESA, 26/6	UNIDADE	4	20	40
23	GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8	CAIXA C/ 1000	6	15	30
24	GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6	CAIXA C/ 1000	3	15	30
25	LÁPIS, ESCRITA, PRETO, NÚMERO 2	UNIDADE	30	150	300
26	LIVRO, ATA	UNIDADE	-----	-----	-----
27	PAPEL, ALMAÇO, A4	UNIDADE	-----	-----	-----
28	PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, AMARELO /BRANCO, 80MMX30M	ROLO	-----	-----	-----
29	PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO	RESMA	50	50	50
30	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO	RESMA	70	200	400
31	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO, ME/EPP	RESMA	-----	-----	-----
23	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AMARELA	UNIDADE	-----	-----	-----
33	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AZUL	UNIDADE	-----	-----	-----
34	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, VERDE	UNIDADE	-----	-----	-----

35	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AMARELA, COM GRAMPO	UNIDADE	-----	-----	-----
36	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AZUL, COM GRAMPO	UNIDADE	-----	-----	-----
37	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, VERDE, COM GRAMPO	UNIDADE	-----	-----	-----
38	PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4	UNIDADE	-----	-----	-----
39	RÉGUA, 30CM	UNIDADE	4	20	40
40	SACO, PLÁSTICO, P/ DOCUMENTO, A4, DOIS FUROS	UNIDADE	-----	-----	-----
41	TESOURA, 21 CM	UNIDADE	3	20	40

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da publicação da Ata de Registro de Preços no sítio eletrônico Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma dos artigos 105 e 174 § 2º, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento constante nos Anexos I e III dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. PRODUÇÃO: materiais recicláveis ou biodegradáveis, atóxicos, sem a utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;

4.1.2. DISTRIBUIÇÃO: embalagens adequadas, compactas e individuais que garantam a proteção do produto durante o transporte e armazenamento, além de facilitarem a separação e o descarte seletivo e

4.1.3. EMBALAGEM: material reciclável ou reutilizável.

4.2. A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), nos termos da Portaria Seges /ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e ao Plano de Logística Sustentável da Universidade de Brasília para o período 2023/2027.

### Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Na presente contratação não há vedação de marcas/produtos.

### Das substituições

4.5. Será permitida a substituição de produto, marca ou modelo, somente em casos excepcionais. A Contratada deverá encaminhar previamente à Coordenação de Compras - CCO/DCO por meio do endereço eletrônico **cobrancacco@unb.br**, uma Carta de Correção contendo a devida justificativa para a substituição e/ou troca de marca. Após análise, a Diretoria de Compras emitirá um ofício autorizando ou não a troca/substituição. O Almoxarifado Central somente poderá receber o material mediante apresentação desse ofício. A nota fiscal deverá ser emitida conforme a especificação constante na Carta de Correção.

4.5.1 A justificativa deve apresentar provas concretas de que a marca originalmente contratada está indisponível por fatores externos e imprevisíveis (exemplo: descontinuação pelo fabricante, problemas na cadeia de suprimentos, recall por defeitos de fabricação, etc.). A comprovação da necessidade pode ser realizada por meio da apresentação de documentação de apoio, tais como:

4.5.1.1 Documentos que evidenciem problemas de qualidade com a marca original;

4.5.1.2 Comunicados oficiais do fabricante sobre a descontinuação do produto ou mudanças significativas na disponibilidade; e

4.5.1.3 Certificados de conformidade ou garantias de qualidade do novo produto ou marca

### Exame de conformidade

4.6. Encerrada a fase de lances, a empresa classificada deverá enviar, juntamente com a proposta, CATÁLOGO contendo fotos e especificações técnicas legíveis do produto ofertado para verificação da conformidade da proposta com os requisitos do edital. A verificação será realizada pela equipe técnica do Almoxarifado Central. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.6.1 Acondicionamento/embalagem

4.6.2 Informações do rótulo:

4.6.2.1 Os dizeres de rotulagem devem ser indelévels e legíveis, para que a informações permaneçam claras durante todo o período de armazenamento e uso do produto. Não deve conter dados escritos à mão. Deve trazer o nº do lote, prazo de validade, peso ou metragem, se for o caso;

4.6.2.2 Nome ou razão social e endereço do fabricante são essenciais para identificar a origem do produto, facilitando eventuais contatos, reclamações, e também permitindo rastrear o produto até o fabricante;

4.6.2.3 O número do lote permite rastrear o histórico de fabricação do produto, sendo fundamental para controle de qualidade, recolhimento ou substituição de produtos defeituosos, visando a implementação de medidas corretivas;

4.6.2.4 O prazo de validade, se aplicável, é essencial para garantir que o produto esteja em condições ideais de uso; e

4.6.2.5 A indicação de peso ou metragem, quando aplicável, é relevante para produtos comercializados com base em medidas, pois assegura ao comprador o recebimento da quantidade exata especificada.

4.6.3 Verificação da quantidade por embalagem;

4.6.4 Composição exigida visando identificar:

4.6.4.1 Tipo de Material;

4.6.4.2 Propriedades;

4.6.4.3 Selos compulsórios de segurança, quando aplicável.

4.6.4.4 Cor

4.7. Será permitida imagem ilustrativa ou foto do produto em tamanho suficiente para a identificação das informações apresentadas no subitem anterior.

4.8. O catálogo do produto será de suma importância para fornecer informações detalhadas, transparência, comprovação de conformidade, diferenciação do produto dos demais e apoio à tomada de decisão.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **Da proposta**

4.10. A proposta deve apresentar a descrição dos objetos, preços, quantidade ofertada, marca e modelo oferecidos, cotação de preços unitários e totais em Real, prazo de entrega e validade da proposta e demais exigências e especificações constantes deste Termo de Referência, Edital e seus anexos. Os preços cotados devem ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução.

## **Subcontratação**

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de materiais de consumo, cuja execução do objeto se concretiza no ato da entrega, não se justificando, portanto, a exigência de garantia pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.13. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.



4.13.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.13.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.13.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho de acordo com a necessidade da UnB, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **24 horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovados pela licitante e reconhecidos pela UnB.

5.3. **Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:** Almoxarifado Central da UnB (localizado no Campus Universitário Darcy Ribeiro – Setor de Garagem UnB – Asa Norte (acesso pela Via L4 Norte) ao lado do Centro Comunitário da UnB (tenda branca) – CEP 70.910-900 – Brasília/DF), no período ininterrupto das 08h às 16h.

5.4 **Os bens destinados ao Instituto Federal de Brasília – Campus Gama** deverão ser entregues no seguinte endereço: Instituto Federal de Brasília – Campus Gama, Lote 01, DF 480, Setor de Múltiplas Atividades, Gama, Brasília/DF – CEP 72429-005, no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira. Para contato, está disponível o telefone: **(61) 2103-2250**.

5.5. O produto deverá ser entregue acompanhado dos documentos obrigatórios: 1- Nota Fiscal Eletrônica de venda, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade, 2- Nota de Empenho e, quando for o caso: 3- Declaração de Optante do Simples Nacional.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias).

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (cinco por cento) a **2%** (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10%** (dez por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10%** (dez por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

## **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será de forma imediata e integral a cada emissão de Nota de Empenho.

## **CrITÉrios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

## **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da parcela pertinente.**

- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

- 9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 260.956,92 (duzentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e seis Reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)**

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

#### 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. **Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;**

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, em Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília-DF, ..... de ..... de 2025 .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LENILDE ABREU DE SANTANA**

Administradora



*Assinou eletronicamente em 25/09/2025 às 09:54:46.*

**BRUNA CARLA MADALOSSO CAPORALINI**

Administradora



*Assinou eletronicamente em 25/09/2025 às 09:55:56.*

**WENDELL CARDOSO BORGES**

Assistente em administração



# Estudo Técnico Preliminar 108/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23106.066370/2025-93

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A futura aquisição tem como objetivo fornecer materiais de uso comum de expediente para as unidades acadêmicas /administrativas da Universidade de Brasília para o período de 12 meses.

2.2. Justificativa para a contratação:

A Diretoria de Gestão de Materiais (DGM) por intermédio da Coordenadoria de Almoxarifado (ALM), dentre outras atribuições, é responsável pelo estabelecimento das necessidades de aquisição de materiais de uso comum, fazer levantamento e análise do consumo anual para orientar a elaboração do orçamento, bem como elaborar pedidos de compras para formação ou reposição do estoque. A futura aquisição **permitirá o abastecimento e manutenção de materiais necessários** ao regular desempenho das atividades administrativas, de ensino e extensão de todos os campi.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado Central da Universidade de Brasília	Daniel de Macedo da Silva (Mat. SIAPE - 2090132) - Diretor da Diretoria de Gestão de Materiais
Almoxarifado Central da Universidade de Brasília	Bruna Carla Madalosso Caporalini (Mat. SIAPE 2238388) - Coordenadora da Coordenadoria de Almoxarifado

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Requisitos Técnicos

#### 4.1.1. Exame de conformidade

4.1.1.1. O exame de conformidade será realizado como medida preventiva para garantir que os produtos adquiridos atendam à funcionalidade esperada, evitando retrabalhos, substituições e devoluções que possam causar atrasos nas operações da universidade. A forma detalhada de sua realização estará descrita no Termo de Referência;

4.1.1.2. O exame busca evitar produtos obsoletos ou de baixa qualidade, sendo uma medida de fiscalização preventiva baseada em boas práticas e normas de contratação pública;

4.1.1.3. A Lei 14.133/2021 permite à administração exigir dos fornecedores a comprovação de qualidade e conformidade dos produtos.

Artigo 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

[...]

§3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade

da proposta, mediante **homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito**, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico

4.1.1.4. A presente contratação tem como objeto **41 itens** de materiais de expediente. Ressalta-se que, no exame de conformidade, poderá ser exigido que a ficha técnica dos produtos contenha informações detalhadas que comprovem sua qualidade e segurança, uma vez que não será realizada a avaliação de amostras de todos os itens. Tal exigência visa assegurar que os materiais atendam aos padrões necessários para o uso adequado, minimizando riscos de fornecimento de itens inadequados ou de baixa qualidade.

#### 4.1.2. Exigência de amostra

4.1.2.1. Nesta contratação, a apresentação de amostras será exigida, em conformidade com o disposto nos Artigos. 17, § 3º, 41, inciso II, e 42, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para os itens: **grampeador de mesa, cola bastão, cola branca e tesoura**;

4.1.2.2. A experiência em aquisições anteriores evidenciou que a simples conformidade técnica não foi suficiente para assegurar a durabilidade e qualidade dos produtos;

4.1.2.3. No Anexo I do presente estudo, são apresentadas manifestações de unidades que relataram reclamações sobre a qualidade da cola branca.

4.1.2.4. A exigência de amostras demonstra o compromisso da administração em manter rigor nos padrões de contratação, desestimulando a participação de fornecedores que não possam atender aos requisitos de qualidade.

#### 4.2. Requisitos de sustentabilidade:

4.2.1. Observar os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição de 2024 no que tange ao ciclo de vida do produto:

- **PRODUÇÃO:** materiais recicláveis ou biodegradáveis, atóxicos, sem a utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
- **DISTRIBUIÇÃO:** embalagens compactas, individuais e feitas de materiais recicláveis ou reutilizáveis, que sejam adequadas para o transporte e que facilitem a separação e o descarte seletivo.

#### 4.3. Requisitos de segurança:

4.3.1. Os produtos devem ser seguros para uso, não apresentando riscos de acidentes, como superfícies cortantes ou materiais tóxicos. O INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) é responsável por estabelecer e regulamentar os selos compulsórios para uma variedade de produtos, incluindo materiais escolares. Os produtos sujeitos a regulamentação compulsória são aqueles que podem representar riscos à saúde, segurança ou meio ambiente e, portanto, devem atender a requisitos específicos estabelecidos pela portaria INMETRO nº 423/2021 para serem comercializados no mercado brasileiro;

4.3.2. O Selo de Identificação da Conformidade para artigos escolares deve ser apostado diretamente no produto, na embalagem do produto ou na embalagem expositora conforme determina a portaria. Para este estudo, enquadraram-se nessa categoria os seguintes materiais: **caneta esferográfica, caneta marca texto, cola bastão, cola branca, corretivo fita, lápis escrita nº 2 e pasta cartolina com aba e elástico**.

#### 4.4. Requisitos para o recebimento:

4.4.1. Os produtos devem ser entregues em perfeitas condições, de acordo com as especificações, prazo e local estabelecidos no Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal de venda.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1. Prospecção e análise das alternativas para contratações de bens por órgãos públicos:

**5.1.1. Dispensa de licitação:** a contratação em pauta não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei 14.133/2021;

**5.1.2. Adesão a atas de registros de preços:** não possibilita o controle sobre os termos e especificações para atendimento à qualidade dos materiais;

**5.1.3. Almoxarifado Virtual da Central de Compras:** a adesão ao Sistema de Almoxarifado Virtual implicaria em uma grande mudança no fluxo dos processos do Almoxarifado Central. Atualmente, o controle de entrada e saída de materiais é realizado pelo SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos), que não possui ligação direta com o sistema WEB do Almoxarifado Virtual. Essa falta de comunicação acarretaria alterações substanciais nos processos internos do Almoxarifado Central, com possibilidade de trabalho duplicado para registros e monitoramento, além de dificuldades em obter relatórios específicos para a instituição.

A universidade já formalizou o pedido de adesão ao Sistema de Almoxarifado Virtual e aguarda a deliberação do órgão central gestor.

**5.1.4. Sistema de Registro de Preços - SRP (Decreto 11.462/2023) na modalidade pregão eletrônico:** apresenta-se como a solução capaz de atender a Universidade, já que viabiliza diversas contratações por um único processo, otimizando tempo e possibilitando maior economicidade. Por não ser possível prever o quantitativo exato a ser demandado no período de 12 meses, o SRP possibilita entregas parceladas, permitindo a otimização do espaço físico disponível para o armazenamento e minimizando os riscos de ocorrência de material vencido, visto que as aquisições podem ser feitas conforme a necessidade. Além disso, o SRP por meio da Ata de Registro de Preços permite o controle sobre os termos e especificações dos materiais.

### 5.2. Análise de participação de micro e pequenas empresas:

5.2.1. O Item - PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO - 7.580 resmas (tabela 2), foi estimado com valor de R\$188.742,00 (Cento e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois Reais), (tabela 3). Assim, foi estipulada a cota de 25% do objeto da contratação para microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar 126/2006.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1. Justificativa da escolha do tipo de solução:

6.1.1. Trata-se de uma solução simples, pois não há a necessidade de outro tipo de contratação para suprir a necessidade. Após análise das possíveis soluções observadas no levantamento de mercado, assim como os preceitos legais contidos em cada uma das opções, entende-se como a mais adequada o Sistema de Registro de Preços pelas seguintes razões:

6.1.1.1. Não há necessidade de indicação de recursos orçamentários no edital de licitação, que é exigível apenas antes da efetivação da contratação;

6.1.1.2. Por não ser possível prever o quantitativo exato a ser consumido no período de 12 meses, o SRP otimiza tempo e viabiliza diversas contratações por meio de um único processo, reduzindo a quantidade de licitações e proporcionando economicidade;

6.1.1.3. O sistema possibilita entregas parceladas, permitindo melhor otimização do espaço físico e maior controle do estoque do Almoxarifado Central da UnB, minimizando os riscos de ocorrência de material vencido, uma vez que as aquisições podem ser feitas conforme a necessidade;

6.1.1.4. O SRP por meio da Ata de Registro de Preços permite o controle sobre os termos e especificações dos materiais. **Na fase interna de elaboração do Termo de Referência é possível tratar de forma detalhada especificações técnicas que reduzam ou eliminem problemas relacionados à qualidade do produto e ao tipo de embalagem, conforme as condições e regras de manuseio e armazenamento** do estoque do Almoxarifado Central. A seguir são listados alguns problemas observados no que se refere às embalagens:

- Embalagens sem nenhuma identificação;
- Embalagens com dados de procedência, fabricação, identificação do conteúdo, etc., escritos à mão de forma ilegível;
- Materiais perfurantes em embalagens plásticas frágeis;
- Embalagens primárias de baixa qualidade que não suportam o peso de empilhamento recomendado pelo próprio fabricante, trazendo prejuízo ao erário;
- Várias unidades do mesmo produto acondicionadas na mesma embalagem, ocasionando diversos danos às mercadorias, como, por exemplo, arranhões, amassados, sujidades, etc., gerando reclamações e/ou devoluções de produtos pelo usuário final. O termo de referência permite a exigência de embalagens individuais para determinados tipos de materiais;
- Embalagens que não garantem a integridade do produto durante o manuseio no estoque, e no transporte até a unidade requisitante, aumentam os riscos de danos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades a serem contratadas estão previstas no Plano de Contratações Anual (PCA). O Plano completo para 2025 encontra-se disponível no Anexo II. A **tabela 1** a seguir apresenta as quantidades previstas no PCA 2025 e as quantidades estimadas para a presente contratação. Os dados relativos ao consumo 2024 e ao consumo médio diário foram extraídos do Relatório de Consumo do SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos –, correspondente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

ITEM	DENOMINAÇÃO	Consumo 2024 (base de cálculo)	Metodologia 1	Metodologia 2			PCA 2025
			Estimativa consumo 2025 (Consumo 2024 + 10%)	Consumo médio diário	Estoque mínimo p/ 180 dias (6 meses)	Estimativa total 2025 (+) Estoque Mínimo	
1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3	29	32	0,08	14	43	70
2	APAGADOR, QUADRO, GIZ	281	309	0,77	139	420	500
3	APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO	889	978	2,43	437	1326	2000
4	APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL	315	347	0,86	155	470	350
5	BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS	142	156	0,39	70	212	250
6	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 38X50 MM, 4 BLOCOS	239	263	0,65	117	356	500
7	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 76X102 MM, 1 BLOCO	536	590	1,46	263	799	1000
8	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL	6034	6637	16,49	2968	9002	8000
9	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA	3390	3729	9,26	1667	5057	4500
10	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA	1478	1626	4,04	727	2205	2200
11	CANETA, MARCA, TEXTO, AMARELA	1058	1164	2,89	520	1578	1800
12	COLA, BASTÃO, 8 GR	268	295	0,73	131	399	300
13	COLA, BRANCA, 90 GR	382	420	1,04	187	569	550
14	CORRETIVO, FITA	171	188	0,47	85	256	300
15	ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18 MM	178	196	0,49	88	266	350
16	FITA, ADESIVA, CREPE, 19MMX50M	700	770	1,91	344	1044	1000
17	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MM X50M.	211	232	0,58	104	315	1000
18	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 48MM X50M	1122	1234	3,07	553	1675	2000

19	FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT	391	430	1,07	193	584	1000
20	GIZ, BRANCO, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)	381	419	1,04	187	568	1000
21	GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)	250	275	0,68	122	372	600
22	GRAMPEADOR, MESA, 26/6	170	187	0,46	83	253	400
23	GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8	33	36	0,09	16	49	50
24	GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6	94	103	0,26	47	141	300
25	LÁPIS, ESCRITA, PRETO, NÚMERO 2	1300	1430	3,55	639	1939	2000
26	LIVRO, ATA	175	193	0,48	86	261	400
27	PAPEL, ALMAÇO, PAUTADO, A4	173	190	0,47	85	258	1000
28	PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, AMARELO, 80MMX30M	307	338	0,84	151	458	500
29	PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO.						<b>102</b>
30	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO	5077	5585	13,93	2507	7584	12000
31	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AMARELA						<b>400</b>
32	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AZUL						<b>500</b>
33	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, VERDE	223	245	0,61	110	333	500
34	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AMARELO, COM GRAMPO	152	167	0,42	76	228	300
35	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AZUL, COM GRAMPO	212	233	0,58	104	316	300
36	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, VERDE, COM GRAMPO	235	259	0,64	115	350	300
37	PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4	130	143	0,36	65	195	300
38	RÉGUA, 30 CM	127	140	0,35	63	190	300
39	SACO, PLÁSTICO, DOCUMENTO, A4, DOIS FUROS	1744	1918	4,77	859	2603	6500
40	TESOURA, 21 CM	400	440	1,09	196	596	500

7.1.1. Para este estudo, foram analisadas duas metodologias para calcular a estimativa das quantidades a serem contratadas, conforme apresentado na Tabela 1.

- **Metodologia 1:** Projeção com base no consumo de 2024 (Anexo III), acrescido de 10% (quarta coluna).
- **Metodologia 2:** Consideração do Estoque Mínimo necessário para manter a operação sem risco de desabastecimento (sétima coluna).

## 7.2. Comparação entre as metodologias

A análise dos dados revelou que, conforme a coluna 7 da tabela 1, em **100% dos casos analisados**, a aplicação da projeção baseada no consumo de 2024 acrescido de 10% (coluna 4), resulta em valores inferiores ao estoque anual necessário acrescido do estoque mínimo (coluna 7). Isso indica que metodologia 1 pode não ser suficiente para suprir a demanda real dos materiais, aumentando o risco de falta de insumos essenciais, portanto, indicamos a metodologia 2.

Os principais problemas identificados ao adotar a metodologia 1, baseada apenas no consumo passado com acréscimo de 10% são:

- **Subestimação da demanda real** – Alguns itens podem ter um consumo irregular ao longo do tempo, e o aumento linear pode não captar picos de consumo inesperados.
- **Risco de desabastecimento** – Considerando a necessidade de manter estoques estratégicos, a não observância do Estoque Mínimo pode gerar atrasos na reposição e impacto operacional.
- **Dependência de aquisições emergenciais** – Estoques insuficientes podem resultar em compras urgentes, que geralmente são mais onerosas e burocraticamente complexas.

A metodologia 2 baseada no **Estoque Mínimo** considera fatores estratégicos que garantem a continuidade das operações, evitando riscos relacionados à falta de insumos essenciais. Dessa forma, apresenta-se como a alternativa mais segura e eficaz para estimar as quantidades necessárias de materiais, garantindo a continuidade das atividades e a eficiência na gestão dos estoques.

### 7.3. Variáveis que influenciam a estimativa das quantidades

#### 7.3.1. Implementação do teletrabalho

A partir de dezembro de 2023, a Universidade adotou o regime de teletrabalho parcial de forma gradativa, o que representa uma mudança no padrão de consumo de materiais de expediente. No entanto, ainda não há dados consolidados sobre a real demanda nesse novo contexto, dificultando previsões precisas sobre o consumo futuro.

#### 7.3.1. Greve

Paralisações de servidores técnico-administrativos e professores impactam os registros de consumo e as solicitações de reposição de materiais. Como consequência, há um represamento de demandas que podem resultar em um aumento súbito no consumo logo após a normalização das atividades. Em 20/03/2025, teve início a greve dos técnicos-administrativos, que, até a data da elaboração deste estudo, ainda não apresentava previsão de encerramento. Nesse contexto, a aquisição ora planejada busca mitigar os efeitos da demanda reprimida, assegurando a disponibilidade de insumos necessários para a retomada regular das atividades.

#### 7.3.2. Fechamento do estoque

A programação institucional prevê o fechamento do estoque no período de 6/12/2025 a 6/01/2026. Assim, é esperado um aumento nas requisições de materiais por parte dos setores da Universidade nos meses que antecedem essa data, uma vez que os setores buscam garantir que tenham insumos suficientes para o período de indisponibilidade do Almoxarifado. Esse aumento de demanda justifica a necessidade de um planejamento mais cauteloso na estimativa de quantidades, especialmente para itens críticos.

#### 7.3.3. Cancelamento de itens em pregões

O cancelamento de itens fracassados pode resultar em falta prolongada no estoque, sem possibilidade de reposição imediata, podendo aumentar as requisições de outros produtos similares, reduzindo rapidamente os estoques e prejudicando o fornecimento.

#### 7.3.4. Descumprimento de contrato pelo fornecedor

A não entrega dos itens contratados pode comprometer o funcionamento de diversos setores, especialmente quando se trata de insumos essenciais. Dependendo da criticidade do material, a ausência desses itens pode afetar desde atividades administrativas até processos acadêmicos fundamentais, como a impressão de provas, a emissão de documentos e outras demandas diárias.

Quando um fornecedor não cumpre a entrega, os setores podem intensificar as requisições dos estoques remanescentes, reduzindo rapidamente os níveis de materiais disponíveis. Além disso, o descumprimento de prazos afeta diretamente o planejamento de compras, tornando necessária a inclusão dos itens em processo de aquisição em elaboração, muitas vezes dentro de grupos de materiais distintos, o que contribui para o aumento da complexidade e da desorganização das compras da Coordenadoria de Almoxarifado.

Adicionalmente, a não entrega acarreta a aplicação de sanções ao fornecedor. No entanto, embora essa seja uma medida necessária, não soluciona de imediato o problema do abastecimento.

#### 7.3.5. Redução do quadro de servidores no planejamento de compras e gestão de estoques

A previsão de perda de um servidor em meados de junho de 2025 e outro entre julho e dezembro de 2025, sem previsão de reposição, representa um fator de risco para gestão de suprimentos, com impacto direto na frequência das compras, no controle de estoques e na eficiência operacional. A redução da força de trabalho pode gerar os seguintes impactos

- Com menos servidores, a equipe vai ter dificuldades para realizar análises contínuas de consumo, resultando em compras menos dinâmicas e maior risco de falta de materiais.
- O acúmulo de tarefas pode levar a demoras no envio de solicitações ao setor de compras, impactando os prazos de aquisição e reposição
- Com menos tempo para planejamento, é possível que mais itens entrem em situação de urgência, resultando em contratações emergenciais, geralmente mais caras e burocraticamente mais complexas.
- Diante da redução da equipe, torna-se necessário rever os quantitativos de estoque para cobrir período mais longos, garantindo que a demanda seja atendida sem sobrecarregar a equipe remanescente.
- Aumentar o estoque mínimo para materiais críticos para reduzir o impacto de eventuais atrasos na reposição.

### 7.4. Justificativa para a adoção da estimativa de quantidades baseada no Estoque Mínimo

Considerando a comparação das metodologias descritas no item 7.2 e as variáveis identificadas no subitem 7.3 e seus subitens, justifica-se a adoção da estimativa de quantidades com base no conceito de Estoque Mínimo.

Essa abordagem está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que enfatiza a importância do planejamento eficiente nas contratações públicas, assegurando a continuidade dos serviços públicos e evitando situações emergenciais que possam resultar em contratações urgentes e menos vantajosas.

Tendo em vista todos os problemas de pedidos de troca de materiais, cancelamentos de itens e atrasos enfrentados com os fornecedores, e todas as variáveis citadas acima, a manutenção de um estoque mínimo para um período de **seis meses** contribui para a gestão estratégica do estoque, possibilitando a reposição oportuna e reduzindo o risco de desabastecimentos e prejuízos operacionais.

#### 7.4.1. Exceções e considerações

- Os itens 1 (**alfinete mapa**), 23 (**grampo 23/8**), 26 (**livro ata**) e 31, 32 e 33 (**pastas com elástico amarela, azul e verde**) ficaram sem estoque entre 2023 e 2025, conforme extratos de movimentações disponíveis no Anexo IV, resultando em demanda reprimida. Como possuem prazo de validade indeterminado, **optou-se por adquirir a quantidade total prevista no PCA 2025.**
- Para os itens 4 (**apontador**), 8 (**caneta azul**), 9 (**caneta preta**), 10 (**caneta vermelha**), 13 (**cola bastão**), 14 (**cola branca**), 16 (**fita crepe 19mmx50m**), 35 (**pasta cartão duplex simples azul**), 36 (**pasta cartão duplex simples verde**) e 40 (**tesoura**), nos quais a aplicação do estoque mínimo somada à estimativa de consumo superou o quantitativo estimado para o PCA 2025, **foi mantido o quantitativo originalmente previsto no PCA**, a fim de garantir a execução alinhada ao planejamento vigente. Caso a demanda real supere os quantitativos inicialmente previstos, poderão ser adotadas medidas corretivas dentro das possibilidades legais e administrativas.
- O item 29 (**PAPEL COPIADORA A3, BRANCO**) refere-se a uma **demandas extraordinária** de 100 resmas de 500 folhas, destinadas ao Arquivo Central da UnB (ACE), conforme justificado no processo SEI nº 23106.071142/2024-54. No mesmo processo, também é solicitada a aquisição de 800 capas de processo. No entanto, conforme manifestação posterior no processo SEI nº 23106.010461/2025-74, o ACE informou que o papel A3 atende adequadamente às necessidades da unidade, sendo, inclusive, uma alternativa mais econômica. Diante disso, optou-se por substituir as capas de processo por resmas adicionais de papel A4, **totalizando 102 resmas**. A aquisição se justifica pelo aumento na demanda de materiais utilizados para o agrupamento de dossiês. **Ressalta-se, portanto, que estão sendo solicitadas, de forma excepcional, duas resmas além das 100 previstas no PCA 2025.**

#### 7.5. Metodologia utilizada para a projeção das quantidades - Tabela 1

##### 7.5.1. Critérios adotados para o levantamento das necessidades:

- Verificação do consumo em 2024;
- Verificação do consumo médio diário, considerando 2024 como base e apenas os meses com fornecimento regular;
- Definição do estoque mínimo como a quantidade necessária para cobrir um período de 180 dias (6 meses), baseada no consumo médio diário;
- Estimativa total para 2025, obtida pela soma do consumo total de 2024 ao estoque mínimo.

##### 7.5.2. Tabela 2 apresenta as quantidades finais da contratação.

ITEM	DENOMINAÇÃO	Quantidades finais da contratação
1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3	70
2	APAGADOR, QUADRO, GIZ	420
3	APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO	1326
4	APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL	350
5	BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS	212
6	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 38X50 MM, 4 BLOCOS	356
7	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 76X102 MM, 1 BLOCO	800
8	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL	8000
9	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA	4500

10	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA	2200
11	CANETA, MARCA, TEXTO, AMARELA	1578
12	COLA, BASTÃO, 8 GR	300
13	COLA, BRANCA, 90 GR	550
14	CORRETIVO, FITA	256
15	ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18 MM	266
16	FITA, ADESIVA, CREPE, 19MMX50M	1000
17	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MM X50M.	315
18	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 48MM X50M	1675
19	FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT	584
20	GIZ, BRANCO, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)	568
21	GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)	372
22	GRAMPEADOR, MESA, 26/6	253
23	GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8	50
24	GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6	140
25	LÁPIS, ESCRITA, PRETO, NÚMERO 2	1940
26	LIVRO, ATA	400
27	PAPEL, ALMAÇO, PAUTADO, A4	260
28	PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, AMARELO, 80MMX30M	458
29	PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO.	102
30	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO	7580
31	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AMARELA	400
32	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AZUL	500
33	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, VERDE	500
34	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AMARELA, COM GRAMPO	230
35	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AZUL, COM GRAMPO	300
36	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, VERDE, COM GRAMPO	300
37	PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4	195
38	RÉGUA, 30 CM	190
39	SACO, PLÁSTICO, DOCUMENTO, A4, DOIS FUROS	2600
40	TESOURA, 21 CM	500

7.5.3. Os arredondamentos aplicados às quantidades de alguns itens da **tabela 2**, seja para mais ou para menos, tiveram como único propósito evitar números ímpares, com o intuito de facilitar o processo de aquisição. Essa medida foi adotada especificamente nos itens 7, 24, 25, 27, 30, 34 e 39.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 271.809,40

8.1. **Tabela 3** - Estimativa de valores por item:

ITEM	DENOMINAÇÃO	ÚLTIMO PREGÃO	SITUAÇÃO NO ÚLTIMO PREGÃO	QUANTIDADES FINAIS DA CONTRATAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO ÚLTIMA ATA	ESTIMATIVA PREÇO UNITÁRIO (+) MARGEM SEGURANÇA DE 20%	PREÇO TOTAL ESTIMADO



1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3	PR90018/2024	Item cancelado	70	R\$ 4,65	R\$ 5,5800	R\$ 390,6000
2	APAGADOR, QUADRO, GIZ	PR26/2023	Aprovado	420	R\$ 4,49	R\$ 5,3880	R\$ 2.262,9600
3	APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO	PR30/2023	Aprovado	1326	R\$ 3,25	R\$ 3,9000	R\$ 5.171,4000
4	APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL	PR30/2023	Aprovado	350	R\$ 0,53	R\$ 0,6360	R\$ 222,6000
5	BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS	PR26/2023	Aprovado	212	R\$ 8,34	R\$ 10,0080	R\$ 2.121,6960
6	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 38X50 MM, 4 BLOCOS	PR30/2023	Aprovado	356	R\$ 3,30	R\$ 3,9600	R\$ 1.409,7600
7	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 76X102 MM, 1 BLOCO	PR30/2023	Aprovado	800	R\$ 2,60	R\$ 3,1200	R\$ 2.496,0000
8	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL	PR30/2023	Aprovado	8000	R\$ 0,53	R\$ 0,6360	R\$ 5.088,0000
9	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA	PR30/2023	Aprovado	4500	R\$ 0,53	R\$ 0,6360	R\$ 2.862,0000
10	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA	PR30/2023	Aprovado	2200	R\$ 0,53	R\$ 0,6360	R\$ 1.399,2000
11	CANETA, MARCA, TEXTO, AMARELA	PR30/2023	Aprovado	1578	R\$ 0,80	R\$ 0,9600	R\$ 1.514,8800
12	COLA, BASTÃO, 8 GR	PR30/2023	Aprovado	300	R\$ 0,80	R\$ 0,9600	R\$ 288,0000
13	COLA, BRANCA, 90 GR	PR30/2023	Aprovado	550	R\$ 1,06	R\$ 1,2720	R\$ 699,6000
14	CORRETIVO, FITA	PR30/2023	Aprovado	256	R\$ 4,29	R\$ 5,1480	R\$ 1.317,8880
15	ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18 MM	PR30/2023	Aprovado	266	R\$ 2,38	R\$ 2,8560	R\$ 759,6960
16	FITA, ADESIVA, CREPE, 19MMX50M	PR26/2023	Aprovado	1000	R\$ 3,73	R\$ 4,4760	R\$ 4.476,0000
17	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MM X50M. <i>A empresa vencedora não entregou o material - Pregão 30/2023, SEI 23106.095001/2023-46, vigente até 24/01/2025. A Coordenação do Almoxarifado solicitou a inserção de 780 unidades no Pregão 90018/2024, SEI 23106.068433/2024-65 (materiais de expediente) vigente até 18/11/2025. No entanto, o item será adquirido em quantitativo menor na presente compra, conforme a estimativa estabelecida na Tabela 2.</i>	PR90018/2024	Aprovado	315	R\$ 1,69	R\$ 2,0280	R\$ 638,8200
18	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 48MM X50M	PR30/2023	Aprovado	1675	R\$ 2,79	R\$ 3,3480	R\$ 5.607,9000
19	FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT	PR30/2023	Aprovado	584	R\$ 5,95	R\$ 7,1400	R\$ 4.169,7600
20	GIZ, BRANCO, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)	PR30/2023	Aprovado	568	R\$ 3,16	R\$ 3,7920	R\$ 2.153,8560
21	GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)	PR26/2023	Aprovado	372	R\$ 5,37	R\$ 6,4440	R\$ 2.397,1680
22	GRAMPEADOR, MESA, 26/6	PR30/2023	Aprovado	253	R\$ 11,98	R\$ 14,3760	R\$ 3.637,1280
23	GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8	PR26/2023	Aprovado	50	R\$ 5,95	R\$ 7,1400	R\$ 357,0000
24	GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6	PR40/2021	Aprovado	140	R\$ 3,60	R\$ 4,3200	R\$ 604,8000
25	LÁPIS, ESCRITA, PRETO, NÚMERO 2	PR30/2023	Aprovado	1940	R\$ 0,26	R\$ 0,3120	R\$ 605,2800
26	LIVRO, ATA	PR90018/2024	Item cancelado	400	R\$ 10,52	R\$ 12,6240	R\$ 5.049,6000
27	PAPEL, ALMAÇO, PAUTADO, A4	PR30/2023	Aprovado	260	R\$ 17,98	R\$ 21,5760	R\$ 5.609,7600
28	PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, AMARELO, 80MMX30M	PR30/2023	Aprovado	458	R\$ 3,49	R\$ 4,1880	R\$ 1.918,1040
29	PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO. <i>Presente no pregão 90018/2024 com vigência até 18/11/2025, no entanto, devido à demanda extraordinário do ACE serão adquiridas 102 resmas.</i>	PR90018/2024		102	R\$ 49,90	R\$ 59,8800	R\$ 6.107,7600
30	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO	PR30/2023	Aprovado	5685	R\$ 20,75	R\$ 24,9000	R\$ 141.556,5000
31	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO, ME/EPP	PR30/2023	Aprovado	1895	R\$ 20,75	R\$ 24,9000	R\$ 47.185,5000
32	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AMARELA	PR90018/2024	Item cancelado	400	<b>R\$ 2,90</b>	R\$ 3,4800	R\$ 1.392,0000
33	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, AZUL	PR90018/2024	Item cancelado	500	<b>R\$ 2,90</b>	R\$ 3,4800	R\$ 1.740,0000
34	PASTA, CARTÃO DUPLEX, ELÁSTICO, VERDE	PR90018/2024	Item cancelado	500	<b>R\$ 2,90</b>	R\$ 3,4800	R\$ 1.740,0000

35	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AMARELO, COM GRAMPO	PR90018/2024	Item cancelado	230	R\$ 2,15	R\$ 2,5800	R\$ 593,4000
36	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, AZUL, COM GRAMPO	PR90018/2024	Aprovado	300	R\$ 2,15	R\$ 2,5800	R\$ 774,0000
37	PASTA, CARTÃO DUPLEX, SIMPLES, VERDE, COM GRAMPO	PR90018/2024	Aprovado	300	R\$ 2,15	R\$ 2,5800	R\$ 774,0000
38	PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4	PR30/2023	Aprovado	195	R\$ 3,69	R\$ 4,4280	R\$ 863,4600
39	RÉGUA, 30 CM	PR26/2023	Aprovado	190	R\$ 1,39	R\$ 1,6680	R\$ 316,9200
40	SACO, PLÁSTICO, DOCUMENTO, A4, DOIS FUROS	PR30/2023	Aprovado	2600	R\$ 0,27	R\$ 0,3240	R\$ 842,4000
41	TESOURA, 21 CM	PR30/2023	Aprovado	500	R\$ 4,49	R\$ 5,3880	R\$ 2.694,0000
TOTAL ESTIMADO							R\$ 271.809,3960

Fonte: Almoxarifado Central - Pregão 26/2023, processo SEI nº 23106.043406/2023-07, Pregão 30/2023, processos SEI nº 23106.095001/2023-46, Pregão 40/2021 processo SEI nº 23106.040246/2021-74 e Pregão 90018/2024, processo SEI nº 23106.068433/2024-65.

8.1.1. A Tabela 3, coluna 7, apresenta a estimativa de preços desta contratação. Optou-se por utilizar como base os valores unitários constantes da última Ata de Registro de Preços, por se tratar de fonte oficial relacionada ao mesmo objeto ora planejado. Foi aplicado um reajuste de **20%** sobre os valores unitários da ata, com o objetivo de refletir com maior fidelidade a realidade de mercado. Ressalte-se que, para os itens 32 a 37, optou-se pela utilização de preços obtidos diretamente em pesquisa de mercado, tendo em vista que os valores constantes na Ata de Registro de Preços apresentavam-se substancialmente defasados variando entre R\$1,41 e R1,47. Mesmo com o acréscimo de 20% previsto na metodologia adotada, tais valores não refletiriam adequadamente a realidade atual de mercado.

8.1.2. O item 30, PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO foi subdividido em dois itens, em conformidade com o disposto no art. 48, incisos I e III, da LCP nº 123, que estabelece a reserva de 25% da cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

8.1.3. O item 13, COLA, BRANCA, frasco de 90g, gerou reclamação do gabinete da Vice-Reitoria, conforme registrado no processo SEI nº 23106.049976/2024-83. No referido processo foi relatada a má qualidade do produto da marca **Turma da Cola**, adquirido em 2023. Segundo o relato, a cola apresenta consistência muito rala e não cola (Anexo I). Por essa razão, o produto foi considerado impróprio para uso.

8.1.4. O item 20, GIZ BRANCO, ESCOLAR, também foi alvo de reclamação, conforme registro no processo SEI nº 23106.051397/2024-09. Relatou-se que o giz quebra facilmente, esfarela durante o uso e produz excesso de pó, o que prejudica a saúde do docente com processo alérgico (Anexo I).

8.1.5. Diante dos problemas de qualidade relatados, aliados aos preços baixos registrados nas últimas atas — R\$ 1,06 para a COLA BRANCA (90g) e R\$ 3,16 para a caixa com 50 unidades de GIZ BRANCO, ESCOLAR —, verifica-se a necessidade de **reavaliar o preço unitário médio na etapa de pesquisa de preços desses itens**. Essa medida se justifica para assegurar eficiência e economicidade nas aquisições, buscando-se reduzir prejuízos decorrentes da compra de materiais de baixo custo inicial e com desempenho insatisfatório, que resultam em maior frequência de substituições, reclamações e impactos negativos nas operações da universidade

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação do objeto descrito neste Estudo Técnico Preliminar será realizada em um único procedimento licitatório, considerando que esta é a abordagem mais adequada e eficiente para atender ao quantitativo anual necessário. Essa estratégia visa garantir a economicidade, pois a contratação de um volume maior reduz custos associados à realização de múltiplas licitações. Além disso, a contratação integral tende a resultar em preços mais competitivos, uma vez que o fornecedor se beneficia da economia de escala no fornecimento.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há relação de interdependência e/ou correlação, visto que não há contratações que precisam ser combinadas ao objeto da demanda em estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Para a aquisição dos itens almejados, foram observados os critérios estabelecidos no Plano de Logística Sustentável da Universidade, visando a adequação das ações administrativas/acadêmicas às diversas normas ambientais.

11.2. Todos os itens estão presentes no PCA - Plano de Contratações Anuais de 2025, garantindo a integração ao planejamento estratégico da Universidade. Os materiais, juntamente com seus respectivos números, classes e PDM, conforme especificados no Plano Anual de Contratações, estão listados no Anexo II, destacados em amarelo para facilitar a identificação.

Nº PCA 2025	DESCRIÇÃO
1	ALFINETE, MAPA, NÚMERO 3
4	APAGADOR, QUADRO, GIZ
5	APAGADOR, QUADRO, MAGNÉTICO
6	APONTADOR, LÁPIS, PORTÁTIL, METAL
7	BARBANTE, ALGODÃO, BRANCO, 8 FIOS
8	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 38X50 MM, 4 BLOCOS
9	BLOCO, RECADO, AUTOADESIVO, 76X102 MM, 1 BLOCO
14	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL
15	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA
16	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA
17	CANETA, MARCA, TEXTO, AMARELA
22	COLA, BASTÃO, 8 GR
23	COLA, BRANCA, 90 GR
25	CORRETIVO, FITA
30	ESTILETE, ESCRITÓRIO, 18 MM
32	FITA, ADESIVA, CREPE, 19MMX50M
34	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 19MMX50M
35	FITA, ADESIVA, TRANSPARENTE, 48MMX50M
36	FITA, EMPACOTAMENTO, KRAFT
37	GIZ, QUADRO, BRANCO

38	GIZ, CORES VARIADAS, ESCOLAR (QUADRO VERDE/NEGRO)
40	GRAMPEADOR, MESA, 26/6
42	GRAMPO, GRAMPEADOR, 23/8
43	GRAMPO, GRAMPEADOR, 26/6
45	LÁPIS, ESCRITA, PRETO, NÚMERO 2
46	LIVRO ATA
49	PAPEL, ALMAÇO, PAUTADO, A4
50	PAPEL, BOBINADO, IMPRESSORA, AMARELO, 80MMX30M
52	PAPEL, COPIADORA, A3, BRANCO
53	PAPEL, COPIADORA, A4, BRANCO
56	PASTA, CARTOLINA, ELÁSTICO, AMARELA
57	PASTA, CARTOLINA, ELÁSTICO, AZUL
58	PASTA, CARTOLINA, ELÁSTICO, VERDE
59	PASTA, CARTOLINA, SIMPLES, AMARELO
60	PASTA, CARTOLINA, SIMPLES, AZUL
61	PASTA, CARTOLINA, SIMPLES, VERDE
75	PRANCHETA, ANOTAÇÃO, A4
76	RÉGUA, 30 CM
77	SACO, PLÁSTICO, DOCUMENTO, A4, DOIS FUROS
78	TESOURA, 21 CM

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1. Racionalização do Consumo e Maior Transparência Financeira:

12.1.1. A centralização da aquisição de materiais de uso comum pelo Almoxarifado Central permite uma gestão mais eficiente do consumo. Ao analisar pedidos enviados pelas unidades demandantes, o Almoxarifado compara com médias de consumo anteriores, aplicando cortes nos quantitativos que excedem essa média. Isso resulta em uma utilização mais racional dos recursos públicos, evitando estoques excessivos e desperdícios. Além disso, aumenta a transparência no processo de compra, pois as decisões são baseadas em critérios objetivos de análise de consumo.

### 12.2. Redução de Subalmoxarifados e Padronização dos Materiais:

12.2.1. Centralizar as compras no Almoxarifado contribui para reduzir o número de subalmoxarifados nas unidades administrativas/acadêmicas. Isso elimina a duplicação de esforços e recursos, promovendo eficiência operacional. A padronização dos materiais também traz benefícios significativos, pois simplifica o processo de compra e estoque. Eliminar a variedade de itens similares com funcionalidades idênticas permite o nivelamento dos preços, garantindo melhores condições comerciais com os fornecedores.

### 12.3. Aumento da Transparência e Controle:

12.3.1. A centralização das compras proporciona maior transparência ao permitir o conhecimento detalhado dos itens adquiridos e das quantidades consumidas anualmente na universidade. Isso facilita a auditoria interna e externa, assegurando conformidade com as políticas e regulamentos de compras públicas.

### 12.4. Economia de Escala e Negociação de Melhores Condições:

12.4.1. Centralizar as compras permite aproveitar economias de escala ao consolidar volumes maiores de compra. Isso possibilita negociações mais favoráveis com os fornecedores, resultando em redução de custos unitários e melhores condições de pagamento. A Administração Pública pode obter descontos significativos ao adquirir grandes quantidades de materiais de escritório de forma centralizada.

### 12.5. Gestão Eficiente de Estoques e Controle de Qualidade:

12.5.1. A centralização das compras facilita a gestão de estoques, permitindo um controle mais rigoroso sobre os níveis de estoque e a qualidade dos produtos adquiridos. Isso reduz o risco de obsolescência e garante que os materiais estejam sempre disponíveis quando necessários, otimizando o uso dos recursos públicos.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem tomadas no que se refere a adequação do ambiente da Universidade para viabilizar a execução contratual. O Almoxarifado Central dispõe de infraestrutura física e de pessoal treinado para receber, armazenar e distribuir os materiais sob a sua guarda.

13.2. Quanto a logística de recebimento, os bens serão conferidos no momento do recebimento ou recebidos provisoriamente para conferência. No momento do recebimento, caso constatada irregularidade, serão imediatamente devolvidos, sendo indicada na própria Nota Fiscal a divergência apresentada. Em caso de **recebimento provisório**, contar-se-á o prazo de 05 (cinco) dias corridos para o Almoxarifado realizar a verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Ata de registro de preços, em caso de divergência, a empresa será contatada para que esta realize a troca.

13.3. **Os bens serão recebidos definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade apresentadas no certame licitatório. Estando os bens em conformidade com o Termo de Referência e Ata de registro de preços, será feita a atestação com a assinatura do responsável na Nota Fiscal. O ateste caberá ao servidor ou fiscal previamente designado pelo Almoxarifado Central da UnB.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Coordenação de Almoxarifado é responsável pelo recebimento, armazenamento e distribuição de materiais, mas não pela gestão dos resíduos gerados pelas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade. Contudo, os resíduos provenientes dos materiais distribuídos pelo Almoxarifado, no contexto deste estudo, são classificados como não perigosos. Esses resíduos são descartados pelas unidades de acordo com a Política de Gestão de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, à qual a Universidade de Brasília está subordinada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os resultados apresentados neste ETP apontam que a contratação pretendida é econômica e tecnicamente viável por ser tratar de materiais comuns fornecidos por diversas empresas no mercado, mediante a solução de pregão eletrônico por Registro de Preços em ata, além de ser necessária ao fim que se destina.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ETP elaborado conforme orientação e supervisão da Coordenadoria de Almoxarifado, atendendo às diretrizes estabelecidas.

**LENILDE ABREU DE SANTANA**

Administradora



*Assinou eletronicamente em 18/07/2025 às 14:15:50.*

**WENDELL CARDOSO BORGES**

Assistente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 18/07/2025 às 14:33:55.*

**BRUNA CARLA MADALOSSO CAPORALINI**

Coordenadora de Almoxarifado



*Assinou eletronicamente em 18/07/2025 às 11:29:41.*

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025****(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23106.066370/2025-93)**

A Universidade de Brasília, fundação pública, doravante denominada UNB, sediada no Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, neste ato representada pelo Decano de Administração e Finanças, JEREMIAS PEREIRA DA SILVA ARRAES, matrícula FUB 1039938, brasileiro, casado, residente nesta cidade, credenciado por delegação de competência, por meio do Ato da Reitoria nº 1523/2024 de 26/11/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **90011/2025**, publicado no DOU de xx/xx/2025, processo administrativo nº **23106.066370/2025-93**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente para a UnB, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação nº 90011/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	<b>Razão Social:</b> <b>CNPJ:</b> <b>Endereço:</b> <b>CEP:</b> <b>Telefone:</b> <b>E-mail:</b> <b>Representante Legal:</b>

<b>X</b>	<b>Especificação</b>	<b>Marca/Modelo</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>
1					R\$
2					R\$
3					R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade de Brasília.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<b>ITEM Nº</b>	<b>ÓRGÃO PARTICIPANTE</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	IFB-Gama/DF	CAIXA C /50	20
03	IFB-Gama/DF	UNIDADE	300
04	IFB-Gama/DF	UNIDADE	30
05	IFB-Gama/DF	ROLO	30
06	IFB-Gama/DF	PACOTE C/ 4	100
07	IFB-Gama/DF	BLOCO	100
08	IFB-Gama/DF	UNIDADE	300
09	IFB-Gama/DF	UNIDADE	300
10	IFB-Gama/DF	UNIDADE	300
11	IFB-Gama/DF	UNIDADE	300
12	IFB-Gama/DF	UNIDADE	40
13	IFB-Gama/DF	FRASCO	40
14	IFB-Gama/DF	UNIDADE	40
15	IFB-Gama/DF	UNIDADE	30
16	IFB-Gama/DF	ROLO	80
17	IFB-Gama/DF	ROLO	80
18	IFB-Gama/DF	ROLO	80
19	IFB-Gama/DF	ROLO	30
22	IFB-Gama/DF	UNIDADE	40
23	IFB-Gama/DF	CAIXA C/ 1000	30
24	IFB-Gama/DF	CAIXA C/ 1000	30
25	IFB-Gama/DF	UNIDADE	300
29	IFB-Gama/DF	RESMA	50
30	IFB-Gama/DF	RESMA	400
39	IFB-Gama/DF	UNIDADE	40
41	IFB-Gama/DF	UNIDADE	40



#### **4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e vinte e um); e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.2.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e vinte e um).

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro

de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e não será prorrogada.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e vinte e um).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não devendo o licitante oferecer quantitativo inferior ao máximo previsto no [edital](#) e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do

registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e vinte e um).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada

repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos

termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e vinte e um).

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo

justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023 (dois mil e vinte e três); ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e 2021).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (dois mil e vinte e um), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima

descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

IV. **Multa:**

1. Moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 0,5% a 30,0% do valor da contratação;

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 0,5% a 30,0% do valor da contratação;

4. Compensatória para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 30,0% do valor da contratação;

5. Compensatória, em substituição a multa moratória para a infração descrita na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 30,0% do valor da contratação;

6. Compensatória para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 30,0% do valor da contratação.

10.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão

enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.4.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.8.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

10.10. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.11. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades



decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.12. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL



Documento assinado eletronicamente por **Willian Gomes Coelho**, **Administrador(a) da Diretoria de Compras do Decanato de Administração**, em 02/10/2025, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **13182711** e o código CRC **4743F302**.

**Referência:** Processo nº 23106.066370/2025-93

SEI nº 13182711